
MATERNIDADES, FEMINISMOS E QUESTÃO RACIAL

REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES E
VULNERABILIDADES NAS TRAJETÓRIAS
DE MULHERES NEGRAS

Fernanda Carneiro Soares dos Santos

Assistente Social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ) desde 2012. Mestra em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), 2013.

Herdei de minha mãe
As garras que se prendem ao que se quer
Eu amo tudo que ela criptografa
E quando descubro estão em mim
Seus sinais, desejos e fugas.

Ryane Leão

MATERNIDADE E QUESTÃO RACIAL

A partir da minha experiência como assistente social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) ao longo dos últimos oito anos, obtive ricas vivências e aprendizados no acompanhamento social e interdisciplinar às mulheres negras e mães de adolescentes. Estas vivências, juntamente com minha experiência pessoal como mãe, impulsionaram-me a participar, como aluna, na edição de 2019, do curso promovido pelo Núcleo de Estudos Afrobrasileiros do DEGASE (NEAB-DEGASE). Curso que trouxe fecundas oportunidades de reflexões e trocas acerca da questão étnico-racial. É no bojo destas vivências que surge o convite para ministrar esta aula na edição de 2020 do Curso do NEAB-DEGASE bem como escrever o presente artigo.

Na minha experiência no acompanhamento aos adolescentes negros, foi possível apreender que muitos destes tiveram seu primeiro contato com o racismo, o preconceito e a discriminação ainda na infância. Nas entrevistas sociais realizadas com eles e suas famílias, era recorrente o discurso de situações envolvendo principalmente a escola onde a falta de um tratamento adequado às situações de racismo e discriminação acabam culminando em evasão ou abandono do espaço educacional. Como bem aponta a doutora Ana Paula Procópio (2018), o racismo no Brasil não está situado apenas como um fenômeno nas relações interpessoais, mas faz parte da estrutura e da constituição deste país. Portanto, permeia os diferentes espaços institucionais e atravessa as diversas relações profissionais, afetivas e pessoais. Analisarmos e debruçarmo-nos sobre as questões étnico-raciais é fundamental para pensarmos como acolhemos, escutamos e atendemos estes adolescentes que, em sua maioria, são pretos e/ou pardos. É extremamente necessária ainda tal discussão para refletirmos e compreendermos também a forma como o DEGASE é gerido, bem como as relações profissionais e de poder que se desenvolvem neste espaço.

Todavia, por que discutir especificamente a maternidade em um curso sobre o racismo e a construção da luta antirracista? Existem diversas formas e modos de maternar que variam conforme os períodos históricos e determinados contextos socioculturais. Ao analisarmos e retomarmos histori-

camente as experiências de maternar associadas à Diáspora Africana, podemos perceber o quanto o maternar negro estava associado à experiência da dor, do preconceito, mas também enquanto potência, enquanto luta por sobrevivência, enquanto esperança. A brilhante escritora Conceição Evaristo, no conto que narra o nascimento de Ayoluwa, retrata como uma criança nascida em meio à dor, ao banzo, de alguma forma, reacendeu a esperança e a necessidade de manter viva a ancestralidade de um povo. Através do maternar negro, muitas tradições e saberes africanos não se perderam e chegaram até nós, os nascidos na diáspora, por meio da tradição oral... São mães negras que se recusam a aceitar que os corpos pretos e pardos de seus filhos sejam mais uns nas estatísticas e transformam o luto em luta! São as mães de santo que lutaram e permitiram que pelo menos parte das nossas tradições religiosas originárias chegassem até nós! São estas mulheres que vêm lutando para dizer que temos os mesmos direitos e que nossas dores também importam!

Retomando a infância negra: se a maior parte das pessoas negras tem suas primeiras experiências com o racismo, o preconceito e a discriminação ainda na primeira infância, imaginemos a potência, se estas crianças vivenciarem a oportunidade de ter sua autoestima e identidade valorizadas desde esta fase, de gradualmente compreender a História Africana e a Diáspora, bem como conhecer seus direitos?

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE MATERNIDADE NEGRA E MATERNIDADE BRANCA

Acreditamos que, para compreendermos a construção dos ideais de maternidade e suas interfaces com o recorte étnico-racial, faz-se necessário analisarmos primeiramente a forma como é construído socialmente o que é ser mulher. Neste sentido, González (1984) nos traz importantes contribuições ao abordar a construção da categoria mulher no Brasil. Ao analisar as interseções entre racismo e sexismo na formação social brasileira, a ativista retoma as noções de mulata, doméstica e mãe preta. Estas, embora evoquem diversas funções atribuídas às mulheres negras na sociedade brasileira, descendem todas de um mesmo lugar histórico anterior, o da mucama: a escrava que era escolhida dentre as demais para atuar em serviços no interior da casa grande e, por vezes, como dama de companhia.

A categoria mulata diz respeito à idealização e hipervalorização dos atri-

butos estéticos e artísticos dos corpos das mulheres negras, cujo processo tem seu ápice no Carnaval, contribuindo para a manutenção do mito da Democracia Racial. Contraditoriamente, estes mesmos corpos, celebrados e reverenciados como referência estética de beleza, são os corpos que, em outros dias do ano, assumem a função da doméstica, isto é, limpar, cozinhar, organizar. E, neste outro contexto cotidiano, estes corpos, longe de serem celebrados, são limitados à entrada de serviço e discriminados. Quanto à mãe preta, Lélia resgata como, historicamente, as funções de cuidado, ensino, afeto e até amamentação eram realizadas prioritariamente por mulheres pretas. Nesta relação de maternar mediada com a figura da bah, mãe preta, muitas vezes, a mulher branca socialmente era a esposa e a que gestava biologicamente os filhos do casal, entretanto, a função social e afetiva do maternar era desenvolvida pela mãe preta: a mãe preta era a mãe.

Neste resgate histórico com os estudos desenvolvidos por Lélia Gonzalez, é possível observarmos que o maternar, na experiência das mulheres negras na diáspora, sempre foi atravessado pelas experiências raciais e também pela ótica do trabalho. Durante o período escravocrata, as mulheres negras escravizadas tinham que negligenciar ou conciliar precariamente o cuidado dos seus próprios filhos, a fim de se dedicarem às exigências impostas pelos senhores, atuando na casa grande, na lavoura, dentre outras atividades.

Nos dias atuais, ainda observamos como muitas mulheres negras precisam conciliar o trabalho precarizado com o maternar. Muitas mães que acompanhamos no DEGASE têm rotinas exaustivas de trabalho, tendo que contar com uma frágil rede de apoio familiar e escassas políticas públicas no cuidado com os filhos nos períodos em que estão trabalhando. Estas mulheres que se esforçam diariamente para garantir o sustento material e afetivo dos seus filhos, muitas vezes, ainda tendem a ser discriminadas, quando eles são apreendidos devido ao ato infracional. O mesmo Estado que falhou na oferta de políticas públicas para acolher esta mãe e esta infância, por vezes, reforça o processo de culpabilização da família, aliás, da mãe!

As antropólogas Lobo e Souza (2019), ao analisarem o desenvolvimento histórico das experiências de maternar negro, sublinham que a maternidade negra foi negada em diversos momentos, diferentemente do processo de romantização e idealização a que foi submetida a experiência de maternidade branca, a partir do processo de revolução industrial. Durante a escravidão, toda a cultura social e afetiva existente ao redor da experiência de gestar e maternar trazida das tradições africanas foi fortemente atacada. Os corpos do escravizado e de seus filhos eram vistos de forma animales-

ca e mercadológica. Relatos históricos das travessias de navios negreiros abordam como mulheres gestantes e recém-nascidos foram brutalizados e mortos neste processo. Se, por um lado, a maternidade dos seus filhos era negada, por outro a maternidade desta mãe preta era requisitada como mão de obra escravizada para atender os filhos dos senhores.

Como o fim da escravidão e o gradativo desenvolvimento da Revolução Industrial, vemos a idealização e a romantização da maternidade, ou melhor, da maternidade exercida pelas mulheres brancas. Este processo, no Brasil, teve forte influência da Igreja Católica e, junto com a construção da idealização materna, viu-se também todo um fortalecimento do ideário da família nuclear burguesa. Por outro lado, os arranjos familiares negros e dispares não eram considerados ou valorizados neste processo.

Deste modo, embora tanto as mulheres negras quanto as mulheres brancas estejam expostas às desigualdades e opressões de gênero, a interseção com a questão racial torna ainda mais particular e vulnerável a situação social das mulheres negras. Especificamente no que tange à maternidade, historicamente desde a diáspora, o maternar negro nunca esteve inserido neste lugar de romantização. A construção da romantização da maternidade associada ao fortalecimento da família nuclear burguesa foi elaborada com o apoio da Igreja Católica e direcionado a um tipo específico de família e de uma determinada cor: branca! A criação da imagem pura e romantizada da mãe branca só foi possível porque socialmente existia também a construção de um contraponto, a saber: da mulher negra como impura, suja, sensual e inapropriada para o casamento e construção da família nuclear burguesa.

Nesta ótica, faz-se necessário, ao analisarmos os desafios e preconceitos envolvidos no âmbito do maternar, considerarmos que as questões raciais colocam as mães negras e seus filhos em uma situação de maior vulnerabilidade social e trazem especificidades que precisam ser observadas. Como bem aponta Conceição Evaristo, a construção do maternar para a população negra também se constitui como um projeto de resistência, como um campo de afeto, de autopreservação e de continuidade dos saberes e das tradições dentro da Diáspora Africana. A maternidade negra que já foi negada, subalternizada, negligenciada vem se constituindo também como campo de lutas e de defesa de uma infância e adolescência digna e protegida para os nossos.

MATERNIDADES E FEMINISMOS

O feminismo negro e decolonial tem trazido importantes contribuições no sentido de analisar e apontar como o feminismo clássico, em suas abordagens teóricas, não abarca as interseções entre gênero e raça nas opressões vivenciadas pelas mulheres negras. A pesquisadora e filósofa Djamilia Ribeiro, ao analisar as discussões sobre alteridade desenvolvidas pelas feministas Simone de Beauvoir e Grada Kilomba, traz colaborações importantes para analisarmos a posição social e a vulnerabilidade a que está exposta a mulher negra. Os escritos de Simone de Beauvoir apontam com clareza e profundidade a alteridade das mulheres (brancas) na relação com os homens, de modo que a mulher foi construída historicamente como o outro em relação ao homem. Grada Kilomba aprofunda esta discussão trazendo a intersecção com a questão racial: compreendendo o lugar da mulher negra na sociedade como o outro do outro, uma vez que se constitui o outro como relação ao self masculino, bem como o outro com relação ao self branco. Nesta ótica, podemos analisar o lugar de dupla vulnerabilidade das mulheres negras devido à sua posição de gênero e racial:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função do “outro” do outro. (KILOMBA, 2019, p.124)

Esta dupla vulnerabilidade traz consigo enormes desafios e potencialidades nas trajetórias das mulheres negras. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019), temos no Brasil 7,8 milhões de pessoas vivendo em casas chefiadas por mulheres negras. Destas, 63% têm crianças com até 14 anos e vivem abaixo da linha da pobreza, isto é, com 420 reais mensais. As mulheres negras estão mais expostas às situações de vulnerabilidade social e de violência. Apesar deste lugar de maior subalternidade e vulnerabilidade, são estas mulheres que, a partir de suas trajetórias, têm um olhar diferenciado e rico sobre as opressões sociais.

São trabalhos produzidos por autoras negras que têm enriquecido e ampliado o olhar dos Feminismos, trazendo luz sobre as interseções entre raça, classe e gênero. Além das produções aqui já citadas, podemos mencionar, ainda, os estudos produzidos por Patrícia Hill Collins, Sueli Carneiro, An-

gela Davis, Toni Morrison, Chimamanda N. Adichie, que vêm contribuindo expressivamente para a construção de uma perspectiva interseccional no feminismo e dando visibilidade às histórias e trajetórias negras.

Ainda pensando a potencialidade das mulheres negras, cabe mencionarmos a importância dos muitos movimentos de mães organizadas que fazem frente às violências cometidas pelo Estado contra seus filhos. No DE-GASE, tivemos a atuação de relevantes movimentos de mães que lutaram bravamente contra a violência institucional e para que seus filhos pudessem cumprir a Medida Socioeducativa de maneira digna: a Associação de Mães com Filhos em Conflito com a Lei (AMÃES); o Movimento de Mães pela Garantia dos Direitos dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo (Movimento Moleque); a Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR-RJ).

Embora historicamente a experiência do maternar para as mulheres negras tenha sido atravessada pela negligência, pela imposição, pela subalternidade e pela dor, estas mulheres têm buscado, de diversas formas, ressignificar a experiência materna, transformando estas relações de parentalidade em espaço de afeto, de resistência e de afirmação da ancestralidade, considerando e reavaliando as interseções entre raça, classe e gênero. Na luta diária e cotidiana, têm contribuído para a construção de relações de parentalidade mais equânimes e justas. As mães pretas reais e simbólicas têm colaborado e lutado para que os nossos cresçam com mais direitos, mais sorrisos e mais afetos! Porque a luta por direitos é feita de dores, mas, também, de amores e afetos!

Herdei de minha mãe
a coragem para me erguer e prosseguir

Ryane Leão

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. No Seu Pescoço. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

COHN, Amélia; et all. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011.

MARCONDES, Mariana Mazzini (org) et al. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília : IPEA.2013.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). Retrato das desigualdades de gênero e raça. – 4.ed. - Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). Atlas da violência 2019. Brasília: IPEA, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess oliveira. Rio de janeiro: Cobogó, 2019.

LÔBO, Jade Alcântara; SOUZA, Izabela Fernandes de. Na Encruzilhada da Maternidade Negra. In 13º RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul – Antropologias do Sul., 13, 2019, Porto Alegre . Anais. Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul 22 a 25 de

julho de 2019.

MENDES, Cláudia Lúcia Silva. JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Trajetória de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Sistema Socio-educativo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Degase, 2018.

MOTTA, Ida Cristina Rebello. O Movimento de Mães do DEGASE – luta e dor. O Social em Questão - Ano XXII - nº 43 - Jan a Abr/2019.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de Luiz. “Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(2): 344, maio-agosto /2009.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC. n. 10 –jul./dez. 2007.